

# 5 *Sistema Empresarial Baiano*

---

## 5.1 EMPRESÁRIO, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Segundo identifica o Instituto de Desenvolvimento Industrial (IEDI), prestigiado organismo técnico das classes produtoras do país, um dos mais graves problemas que afetam o desenvolvimento econômico brasileiro está relacionado ao baixo conteúdo tecnológico dos produtos aqui fabricados. Esta característica da estrutura produtiva, por sua vez, reduz a capacidade de inserção internacional brasileira em segmentos dinâmicos do comércio mundial, inibe a atração de investimentos diretos em setores intensivos em tecnologia e reduz a capacidade de expansão das empresas nacionais.

As transformações da economia nacional nos anos de 1980 e 1990 refletiram o que tem sido denominado de “décadas perdidas” para o desenvolvimento econômico da quase totalidade da América Latina. Na década de 1980 a economia brasileira ficou duplamente dependente:

- a) dos reajustes impostos pelas duas crises mundiais do petróleo, que funcionaram como indutoras de um reordenamento muito mais amplo dos controles internacionais de mercado, a partir de grandes políticas de gestão energética nos países mais ricos;
- b) do controle do consumo de energia e do desenvolvimento da informática.

Com a introdução dos controles digitais, e investimentos maciços em técnicas de conservação de energia e de energéticos, os países mais industrializados deslocaram as condições internacionais de concorrência, abriram novas oportunidades de investimento em renovação tecnológica e, especificamente, nas tecnologias guiadas pela proteção do meio ambiente. Atualizar-se tecnologicamente tornou-se mais caro, para países e empresas, levando os mais ricos a estratégias que evoluíram ao longo desse período, desdobrando-se de diversos modos no sistema de produção, estabelecendo, conseqüentemente, consideráveis vantagens competitivas *vis à vis* os países em processo de desenvolvimento.

Esses fatores obrigaram as empresas a uma reorganização produtiva muito maior que a indicada por suas necessidades de reposição de capital, por causa de sua redistribuição geográfica. Essa reorganização, por sua vez, determinou um atraso no atendimento de necessidades sociais, acumulando uma dívida pública, externa e interna<sup>43</sup>, que – com os custos sociais da própria política de estabilização do país – tomou a forma de uma dívida social que se projetou sobre os anos seguintes até a atualidade. Para os países subindustrializados, como o Brasil, essa pressão adicional traduziu-se numa ampliação de seu atraso relativo em investimentos em infra-estrutura, limitando sua capacidade de competir em mercados internacionais.

---

<sup>43</sup> Decorrente dos mecanismos de gestão da dívida, que promoveram uma bola de neve dos juros, a captação de novos empréstimos externos, para investimento empresarial, o fluxo de capitais externos de curto prazo, para financiar o balanço de pagamentos, política monetária etc.

É neste contexto que se pretende discutir a questão relacionada com o papel da Universidade, como elemento supostamente essencial ao processo de desenvolvimento tecnológico do país, o que passa, necessariamente, pela discussão das questões relacionadas com a produção científica em suas diferentes etapas, que transitam da pesquisa pura à pesquisa aplicada e desta à inovação, que requer a figura do empresário empreendedor e, conseqüentemente, complexas relações entre as universidades e as empresas.

Preliminarmente torna-se necessário esclarecer que a freqüente associação entre o capitalista e o empresário constitui, segundo Schumpeter (1997), um equívoco conceitual, pois a vinculação natural do empresário é com o empreendedorismo. Esta condição não é necessária para o capitalista.

O empresário sempre foi visto como o motor da economia, agente de inovação, capaz de promover mudanças que influenciam o processo de desenvolvimento econômico, sendo por isso responsável pela geração de novos produtos, processos e mercados, redução de custos, desenvolvimento tecnológico etc.

Para Schumpeter (1997, p. 75), desenvolvimento econômico constitui “[...] uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo<sup>44</sup>, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente”. Portanto, resultado de mudanças significativas na esfera da produção isto é, na organização da produção e não em função das “necessidades dos consumidores”, priorizando a oferta e produção em detrimento da demanda. Assim, os produtos sempre encontrarão demanda, pois os consumidores são induzidos a consumir. “[...] em qualquer lugar do sistema econômico, uma demanda está [...] esperando solicitamente cada oferta [...]” (SCHUMPETER, 1997, p. 27).

Segundo Furtado (2000, p. 58), o fato de Schumpeter priorizar a produção no sistema econômico foi positivo, no momento em que, divergindo do pensamento neoclássico, demonstrou a importância do progresso técnico para a economia, colocando em destaque a posição estratégica da produção científica que constitui uma das funções basilares das universidades.

Schumpeter (1997, p. 83) elegeu o empresário inovador como o “fenômeno fundamental do desenvolvimento econômico”, constituindo aquele agente econômico que tem como função gerar novas combinações, por ser capaz de promover o desenvolvimento em todas as organizações tendo a empresa como centro de seu pensamento. Nessa medida, ele necessita não só de capital como também de cientistas e técnicos para a consecução de seus objetivos. Evidentemente, esse empresário também busca recursos a fim de poder realizar e financiar as diversas combinações (inovações) e investimentos, razão pela qual utiliza-se do crédito bancário ou do capital de risco.

Segundo o enfoque schumpeteriano, existem cinco tipos de inovações: novos produtos, novos processos, novo mercado para os produtos existentes, novas fontes de matéria-prima e nova organização industrial. Esse conjunto cria impactos em uma série de atividades e empresas ligadas à inovação.

---

<sup>44</sup> O fluxo circular corresponde à inclusão pelo empresário, nas empresas, de inovações tecnológicas ou organizacionais que se reflitam em novas formas de produzir produtos e serviços a custos mais baixos. Segundo Schumpeter, no capitalismo, esse fluxo não deve ser considerado estático, pois está sujeito a uma transformação cíclica para a qual o empresário é peça fundamental. Segundo ele, esse ciclo corresponde a quatro fases na economia: recuperação (quando a economia está em fase ascendente, em função de inovação), prosperidade, recessão (declínio no nível de atividade) e depressão.

Já para Galbraith (1968), a figura do empresário, que era investida de poder em decorrência do domínio de capital e capacidade de exercer comando, em função do crescimento das empresas e de sua complexidade (necessidade de talentos especializados, de maior planejamento, mais capital, tecnologia mais avançada etc.), cedeu lugar a tecnoestrutura. Ele considera a “[...] realidade da tecnoestrutura como distinta da realidade do empresário” (GALBRAITH, 1968, p. 108). Esse é o estágio em que se passa a ter uma administração profissional.

Entretanto, segundo Furtado (2000), a insuficiência da teoria da inovação reside no fato de não considerar a acumulação do capital ligada ao “[...] sistema de organização da produção, às formas de distribuição e utilização da renda, enfim, a um processo histórico [...]”. Por isso, assinala, Schumpeter não situou o “empresário no seu contexto histórico” (FURTADO, 2000, p. 60).

De acordo com Wallich (1967, p. 37), a teoria schumpeteriana não se aplica totalmente aos “países menos desenvolvidos”, porque nega que o empresário seja a força propulsora do desenvolvimento, que o processo desse desenvolvimento seja a inovação e que o enriquecimento, o lucro e o poder sejam objetivos do empresário<sup>45</sup>, embora admita que são a base para qualquer teoria do desenvolvimento. Afirmar esse autor que, nos países latino-americanos, o desenvolvimento econômico é alcançável pelo aumento acelerado da renda *per capita* ou pela “imitação dos exemplos vistos”, isto é, uma assimilação de técnicas modernas já utilizadas por outros países, por parte do governo. Acrescenta que o processo de desenvolvimento se inicia sem que o empresário se encontre na vanguarda, visto que “[...] suas possibilidades de conseguir o controle são muito escassas” (WALLICH, 1967, p. 38). Como se vê, trata-se de uma análise equivocada e conformista, por sugerir que o desenvolvimento decorre de inovações estrangeiras. Ora, é fato que um país detentor de uma tecnologia de vanguarda não vai transferi-la para países menos desenvolvidos.

Já Souza (1999, p. 189) considera mais simples identificar os empresários com capacidade de desenvolver tecnologia própria em países desenvolvidos; daí porque, em sua visão, a teoria de Schumpeter é mais adequada a esses países. Os pré-requisitos schumpeterianos, tais como: disponibilidade de capital, instituições eficientes, políticas econômicas proativas, pleno emprego etc., são difíceis de ser encontradas em países subdesenvolvidos, mesmo nos mais avançados, ou ditos emergentes, como o Brasil.

Neste ponto cabe observar que nem tudo está perdido. O Brasil desenvolve tecnologia de ponta em algumas áreas para onde são canalizados recursos. Portanto, o problema não é, essencialmente, o da falta de empresários ou de recursos humanos qualificados, mas, sobretudo, da falta de uma política de desenvolvimento científico e tecnológico para o país e, conseqüentemente, do baixo volume de financiamentos para a pesquisa assim como para as universidades e os seus centros especializados. Segundo Spínola (2000, p. 5),

[...] em 1994, de acordo com as informações mais recentes fornecidas [...], o Brasil aplicava em ciência e tecnologia 0,7% do seu Produto Interno Bruto. Trata-se de um

---

<sup>45</sup> Com relação à força motivadora do desenvolvimento, para Wallich (1967, p. 38), o empresário representa um papel secundário, uma vez que ele atribui aos “dotes nacionais para qualidades empresariais” o fato de alguns países permanecerem estacionados enquanto outros progredem. Segundo o autor, as oportunidades foram dadas a todos, mas os traços humanos e deficiências administrativas de cada um dos países são fatores ponderáveis. A seu ver, o agente mais visível do desenvolvimento é o governo, que muitas vezes representa o desejo da população por melhor nível de vida. Entende que o processo de desenvolvimento nos países menos desenvolvidos ocorre mais pela assimilação, agregando valor aos conhecimentos adquiridos, que pela inovação. Com relação aos objetivos, diz que os países menos desenvolvidos buscam obter um nível de vida superior de sua população, o que os dirige para o aumento do consumo.

número modesto quando comparado com as aplicações de países como o Japão (3%), Alemanha (2,8%), EUA (2,6%), França (2,4%), Inglaterra (2,1%), Canadá e Itália (1,4%).

Além disso, 58,4% dos gastos com o desenvolvimento da tecnologia no Brasil são realizados pelo setor público, ao contrário do que ocorre nos países desenvolvidos, conforme visto no Capítulo Referencial Teórico e Metodológico.

No Estado de São Paulo, por exemplo, vem se formando um pólo tecnológico<sup>46</sup>, a exemplo do que ocorre nos Estado Unidos, como o *Silicom Valey* (guardadas as devidas proporções) e a Universidade Stanford. De certa forma corresponde ao modelo definido por Markusen (1995) dos “distritos suportados pelo Estado”, organizados em torno de alguma entidade pública (uma base militar, uma universidade, um centro de pesquisas etc.). A estrutura dos negócios locais é normalmente dominada pela presença dessas instituições que condicionam a atuação das empresas privadas, ali localizadas.

Estes distritos possuem uma estrutura que varia de acordo com a “instituição-âncora”. Em sua caracterização básica aproxima-se dos distritos centro-radiais<sup>47</sup>, embora a sua entidade central possa atuar sem grandes vínculos com a economia regional. No Brasil, Markusen (1995) cita como exemplo deste distrito, em São Paulo, o conjunto de atividades formadas em torno da Universidade de Campinas (Unicamp) e o complexo da Embraer (Empresa Brasileira de Aeronáutica S. A.), em São José dos Campos.

Segundo Spínola (2000), o Brasil começou a implantação de parques tecnológicos no início da década de 1980, seguindo, em linhas gerais, o modelo adotado nos Estados Unidos e na Europa. O planejamento e a implantação das primeiras iniciativas ocorreram em São Paulo, ao lado das universidades instaladas nas cidades de São Carlos, Campinas e São José dos Campos; e no Estado da Paraíba (Nordeste), na cidade de Campina Grande. Todas estas iniciativas tiveram importante apoio governamental em termos de recursos financeiros, linhas de financiamento para as empresas e formação de recursos humanos.

Levantamento promovido pela Associação Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras (Anprotec) constatou que existiam no Brasil, em 1995, sete parques tecnológicos (nas cidades de Florianópolis, Campina Grande, Rio de Janeiro, Brasília, Uberaba, Cascavel e Curitiba) e seis pólos tecnológicos (São Carlos, São José dos Campos, Santa Rita do Sapucaí, Campinas, Fortaleza e Florianópolis).

Observe-se que os projetos de tecnópoles, pólos e parques tecnológicos ocorrem no Brasil, preponderantemente, na Região Sudeste, próximo às universidades que possuem massa crítica de pesquisadores. É o que demonstra Spínola (2003, p. 55)

O desenvolvimento dos empreendimentos relacionados às novas tecnologias pressupõe a existência local de um conjunto de condições, como as seguintes:

- existência de massa crítica;
- infra-estrutura de apoio tecnologicamente desenvolvida;

---

<sup>46</sup> Os pólos tecnológicos (como são conhecidos no Brasil) compreendem um conjunto de empreendimentos baseados na pesquisa universitária, indústria inovativa de alta tecnologia, empreendimentos iniciantes baseados em novas tecnologias e empreendimentos acadêmicos (SPÍNOLA, 2000).

<sup>47</sup> Os distritos industriais centro-radiais são aqueles onde um certo número de empresas ou de unidades industriais mais importantes funcionam como firmas-chave ou eixos da economia regional, congregando em torno de si fornecedores e outras unidades correlatas. Markusen cita como exemplo os casos da Boeing em Seattle (EUA) e da Toyota (Japão). É o caso da Embraer em Campinas, SP. (SPÍNOLA, 2000).

- grande número de fornecedores e redes de distribuição;
- disponibilidade de recursos para P&D e investimentos de capital;
- força de trabalho qualificada;
- elevado padrão de qualidade de vida;
- custos relativos favoráveis de determinados negócios.

As dificuldades concernentes ao desenvolvimento científico e tecnológico no país, como ilustram algumas das situações aqui relatadas, dão razão ao Relatório de Desenvolvimento Humano (2002), assim como a alguns autores, quando tratam a evasão de talentos de diversos países. Para Contreiras (1998)

[...] o Brasil é o maior exportador de QI's da América Latina e o segundo no ranking mundial [...]. Atualmente podem-se encontrar cientistas brasileiros na França, na Inglaterra, na Itália, na Alemanha e nos Estados Unidos, todos voltados para trabalhos relevantes em laboratórios [...].

De acordo com dados da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), entre 1993 e 1999, cerca de mil cientistas brasileiros foram trabalhar no exterior, o que muito dificulta a posição do Brasil junto aos países notoriamente produtores de conhecimento. Também de acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia, “[...] pelo menos 10% dos pesquisadores brasileiros que fazem doutorado no exterior não voltam ao país [...]” (BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia, 2003). Condições salariais e de trabalho bastante insatisfatórias, estão na origem dessa decisão.

Além disso, as empresas multinacionais, aqui instaladas, desenvolvem sua tecnologia em seus países de origem, o que faz com que o Brasil não tenha créditos internacionais em inovações.

Assim, a carência desses fatores limita drasticamente a expansão das tecnópolis, pólos e parques tecnológicos no Brasil.

A situação dos parques tecnológicos no Brasil é, pois, embrionária e movida muito mais pela idealização acadêmica do que pela conjunção de fatores reais e concretos. Eis, entretanto, alguns exemplos de experiências brasileiras bem-sucedidas:

- a Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), considerada a 4ª maior fabricante mundial de aeronaves comerciais, exporta aviões para vários países, o que é possível graças à utilização de tecnologia de ponta desenvolvida no país por seus próprios pesquisadores e, de forma consorciada, com outros centros tecnológicos internacionais vinculados às empresas fornecedoras de componentes para seus produtos. A empresa tem subsidiárias nos Estados Unidos, França, Austrália, China e Cingapura. Atualmente, vem procurando substituir os profissionais estrangeiros pelos oriundos de universidades formados por ela própria, através de programa específico (EMPRESA BRASILEIRA DE AERONÁUTICA, 2003);
- a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), pelo investimento na prospecção de petróleo em águas profundas, conquistou posição de liderança mundial nessa tecnologia (*offshore*) tendo recebido, pela segunda vez, o Prêmio OTC (Offshore Technology Conference, uma organização internacional), considerado o mais importante mundialmente neste segmento (VIAGEM..., 2004). “A Petrobras se tornou uma das maiores empresas do ramo de petróleo e do mundo, com pioneirismo em pesquisa de produção em águas profundas e em vários setores de refinação” Almeida (1995, p. 33);
- a pesquisa genoma, que, entre outros resultados, permitiu identificar uma bactéria denominada *xylella fastidiosa*, causadora de uma praga agrícola que ataca as plantações de laranja. Pela

qualidade apresentada, esse trabalho foi reconhecido internacionalmente, com solicitação de colaboração por parte dos Estados Unidos e Austrália, para que os pesquisadores brasileiros venham a seqüenciar bactérias semelhantes, naqueles países;

- a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), dispõe de laboratórios nos Estados Unidos e França, mantém acordo de cooperação com 56 países, por causa da qualidade das pesquisas que desenvolve, a exemplo das técnicas para incorporação dos cerrados no sistema produtivo, o que tornou a região, em Goiás, responsável por 40% da produção brasileira de grãos, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, 2003). A soja foi adaptada às condições brasileiras e hoje o país é o 2º produtor mundial do grão. Além disso, a empresa obteve maior produtividade na produção de carne bovina, caprina e suína, na produção de frangos, leite, hortaliças, conseguiu melhorar geneticamente as culturas de mandioca, banana e abacaxi, desenvolveu técnicas de microenxertia, entre outras (DANTAS, 2003), apesar das dificuldades financeiras que enfrenta.

Mas, como visto, pelas razões anteriormente ressaltadas, esses são exemplos isolados em países emergentes, como o Brasil, num mundo competitivo, onde o processo de acumulação capitalista possibilita a constante apropriação do progresso pelos países hegemônicos que dominam o mercado mundial. Assim:

- a) A Metal Leve era uma indústria nacional de ponta, fundada em 1950 que fabricava pistões para automóveis e aviões. Por seu alto grau de desenvolvimento despertou interesse da Mahle, empresa alemã, que a adquiriu em 1996. “[...] a Metal Leve (foi) a Empresa do Ano das Maiores e Melhores em 1974 e 1980” (TESOURO..., 2003). Em 1991, era uma multinacional brasileira que investia 3% em pesquisa, tinha fábrica na Carolina do Sul (EUA) e um centro de tecnologia em Michigan (também EUA). Exportava os seus produtos para o Japão. “Resolvemos (no fim dos anos 50) concorrer nos Estados Unidos e lá conseguimos com que a Federal Aviation Administration (FAA) fizesse a primeira inspeção fora do país. Fomos aprovados e, mais tarde, recomendados como fornecedores dos dois mais importantes fabricantes de aviões executivos dos Estados Unidos.” (MINDLIN, 1991)<sup>48</sup>
- b) A Cofap era a maior indústria de autopeças brasileira. No início dos anos 1990 já vendia um produto competitivo para 97 países e faturou US\$ 1 bilhão (EMPREENDEDOR..., 2003). Foi vendida, em 1997, para alemã Mohle.

Situações como estas são provocadas, também, pelos entraves estruturais que dificultam historicamente o processo de desenvolvimento capitalista endógeno.

O desejável seria que o Estado não fosse o promotor da utilização de técnicas desenvolvidas no exterior, mas sim do desenvolvimento científico e tecnológico de âmbito local, apoiando a formação de recursos humanos e pesquisas notadamente no âmbito das universidades.

Assiste-se, durante noventa anos do século XX, a uma relação ambígua entre o Estado brasileiro e o empresariado, tanto o nacional como o estrangeiro. Períodos houve de proteção ao capital nacional, outros de abertura desmedida ao capital estrangeiro e finalmente uma presença permanente do Estado-empresário, notadamente nos setores estratégicos para o desenvolvimento nacional, suprimindo a falta de poupança interna dos nossos empresários. Assim, o Estado brasileiro, ao longo das duas eras Vargas (1930/1945 e 1951/1954) desempenhou importante e estratégico

---

<sup>48</sup> José MINDLIN foi presidente da Metal Leve

papel com a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, Petrobras, Eletrobrás, Companhia Vale do Rio Doce. Na década de 1970, com a participação majoritária do governo federal, através do sistema Petrobras/Petroquisa, foi possível desenvolver o parque petroquímico brasileiro, em que se destaca o Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), instalado na Região Metropolitana de Salvador. Assinale-se que neste processo o Estado procurou atrair o setor privado nacional e empresas estrangeiras, o que formalizou o modelo tripartite: onde o capital das empresas se distribuía por um sistema de terços entre o governo (Petroquisa), o empresário nacional (fortemente incentivado e subsidiado pelo governo através do BNDES) e o empresário estrangeiro que aportou a tecnologia necessária. Registre-se, porém, que o fator preponderante da atração de capitais privados nacionais e estrangeiros foi a isenção fiscal pelo período de dez anos oferecida pelo governo brasileiro.

Em outros momentos, notadamente no governo Kubitschek (1956/1961), no curso do processo de substituição de importações e na viabilização do Plano de Metas, houve aporte significativo de capital estrangeiro e intensa importação de tecnologia pronta<sup>49</sup> (aquisição de fábricas inteiras), que dispensava esforços na produção e no desenvolvimento do conhecimento científico com o compromisso de reservar o mercado àquelas empresas que aqui se instalavam com tecnologia defasada. Foi o preço pago para “crescer 50 anos em 5”, o slogan preferido do governo JK.

Com o governo Collor (1990) iniciou-se o processo de privatização de empresas públicas no Brasil. Foram desestatizadas empresas eficientes e rentáveis de modo altamente lesivo aos interesses nacionais. Os recursos decorrentes da privatização foram utilizados para honrar compromissos assumidos com os banqueiros internacionais, segundo o receituário do Consenso de Washington e do FMI. Em alguns casos de privatização, não houve qualquer investimento das empresas privatizadas. Ao contrário, no caso da Eletropaulo o Estado a subsidiou e não obteve o cumprimento dos compromissos assumidos<sup>50</sup>. Portanto, é bastante questionável a argumentação neo-liberal defensora de um Estado Mínimo, notadamente naqueles países, como o Brasil, onde as forças econômicas nacionais ainda não atingiram um grau de solidez e competitividade internacional.

Vários são os autores que fazem referência à abertura da economia ao capital estrangeiro como forma de promover os negócios. De acordo com Guido Mantega (2001), à época economista do Partido dos Trabalhadores, em 2001 “[...] em vez de dar um choque no empresariado como pretendia, este governo [Fernando Henrique Cardoso] o eletrocutou ao somar abertura, sobrevalorização e juros altos” (MANTEGA apud LEITÃO, 2001). De acordo com Wladimir Pomar (1998), “[...] hoje, a maior parte dos pequenos e médios empresários está quebrada, ou quase falida. Já os grandes, estão sendo obrigados a fazer fusões ou vender para grandes corporações multinacionais [...]”.

Além disso, segundo o *ranking* da revista *Exame* (2003) – As 500 Maiores empresas do Brasil –, verifica-se que a participação das empresas estrangeiras tem aumentado, na ordem inversa das empresas nacionais e estatais. Há predomínio das estatais apenas nos segmentos químico e petroquímico e nos serviços públicos, estando os demais setores distribuídos entre as nacionais e estrangeiras, conforme demonstrado nas tabelas seguintes. As empresas estrangeiras que

---

<sup>49</sup> As famosas “caixas-pretas” que não possibilitavam aos técnicos locais o desenvolvimento posterior da tecnologia comprada e pela qual se pagavam royalties.

<sup>50</sup> “O maior problema do banco [BNDES] [...] é [a] dívida não quitada pela norte-americana AES, que controla a Eletropaulo” (TESOURO..., 2003)

respondiam por 33,8% das vendas em 1995, ampliaram sua participação para 43,6% em 2002, enquanto as nacionais, no mesmo período, passaram de 42,6% para 37,3% e as estatais, de 23,6% para 19,1%.

**Tabela 13** – Brasil – participação das 500 maiores empresas nas vendas para o mercado nacional (Em %)

<b>Empresas</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
Estrangeiras	33,8	34,3	36,5	44,1	45,3	46,1	46,4	43,6
Nacionais	42,6	40,5	39,2	38,9	37,3	35,3	34,2	37,3
Estatais	23,6	25,2	24,3	17,0	17,4	18,6	19,4	19,1

Fonte: AS 500..., 2003.

**Tabela 14** – Brasil – participação, por setor, das 500 maiores empresas nas vendas para o mercado nacional (Em %)

<b>Setores</b>	<b>Nacional</b>		<b>Estrangeiro</b>		<b>Estatal</b>	
	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>
<b>Predomínio nacional</b>						
Construção	98	96	2	4		
Mineração	88	94	12	6		
Confecções e Têxteis	82	87	18	13		
Papel e Celulose	79	82	21	18		
Serviços Diversos	77	81	23	19		
Serviços de Transporte	84	78	4	8	12	14
Comércio Varejista	64	61	36	39		
Material de construção	68	60	32	40		
Siderurgia e Metalurgia	52	58	48	42		
Atacado e Comércio Exterior	42	45	35	31	23	24
<b>Predomínio estrangeiro</b>						
Eletroeletrônico	8	7	92	93		
Automotivo	15	14	85	86		
Farmacêutico, Higiene e Cosméticos	21	23	79	77		
Mecânica	29	27	71	73		
Tecnologia e Computação	15	18	78	73	7	9
Telecomunicações	26	42	74	58		
Alimentos, Bebidas e Fumo	44	46	56	54		
Plásticos e Borracha	48	46	52	54		
Química e Petroquímica	21	21	20	21	59	58
Serviços Públicos	14	16	33	36	53	48

Fonte: AS 500..., 2003.

O exame dos dados ora apresentados permite concluir que as empresas estrangeiras praticamente dominam áreas estratégicas como, entre outras, a eletroeletrônica, a automotiva, a farmacêutica, a de tecnologia da informação e a de telecomunicações.

A indústria petroquímica brasileira, onde predomina o setor público, em que pese seu inegável progresso, obedece à tendência descrita no “circuito de ramo” de Fröbel, Heinrichs e Kreye (1980), isto é, a nova divisão internacional do trabalho faz com que os países desenvolvidos priorizem as regiões centrais e seus mercados, ao tempo em que deslocam para as regiões mais



pobres a indústria pesada, mais poluidora e agressiva ao meio-ambiente. Em termos nacionais, neste segmento, o Brasil estacionou na produção de elastômeros, fios, fibras e resinas, progredindo muito lentamente em segmentos estratégicos, como o da química fina. A Bahia exporta predominantemente, produtos intermediários, com reduzido valor agregado, o que limita as possibilidades da geração de emprego e renda em termos regionais.

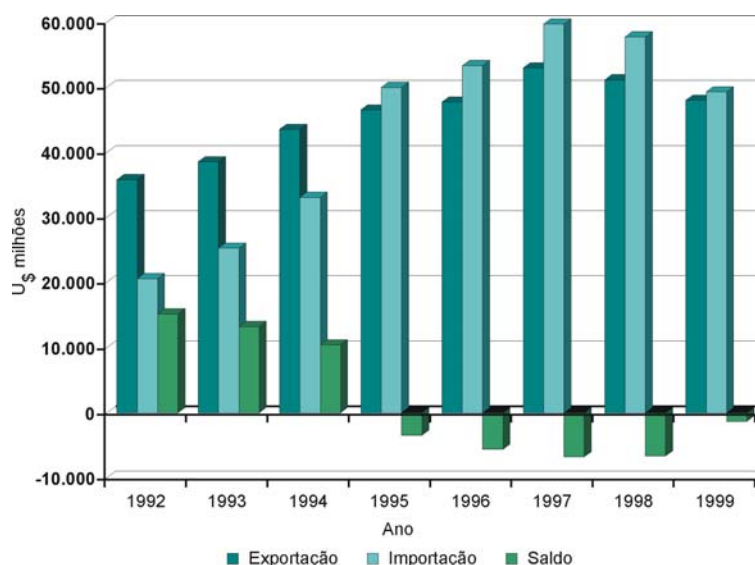
Desde o período colonial, o Brasil exporta matérias-primas e/ou produtos de baixo valor agregado e importa produtos de alto valor agregado, o que tem sido uma constante. Se se analisar o caso da indústria informática, e com base nas restrições à importação, o que foi determinado pelo governo e vigorou durante quase uma década, ficará evidente que, durante esse tempo, o país conseguiu se desenvolver nessa área, mas, quando houve abertura do mercado, a partir do decênio de 1990, as empresas aqui instaladas não se mostraram preparadas para competir com produtos importados, quer pela tecnologia, quer pelos preços. Faltou, àquela época, à nossa informática, a proteção que os países desenvolvidos continuam a dar a seus produtos agrícolas, fortemente subsidiados.

Esse processo de abertura favoreceu o crescimento das indústrias multinacionais, seu domínio e modernização, com aumento de produtividade e redução de postos de trabalho. Daí resulta que, embora o Brasil tivesse um saldo positivo na balança comercial, no início dos anos 1990, passasse a apresentar déficit, ao final da década, demonstrando que a abertura comprometeu a competitividade de sua economia, conforme tabela e figura seguintes.

**Tabela 15** – Balança comercial brasileira (US\$ 1.000.000 FOB)

Ano	Exportação	Importação	Saldo
1992	35.793	20.554	15.239
1993	38.555	25.256	13.299
1994	43.545	33.079	10.466
1995	46.506	49.972	-3.466
1996	47.747	53.346	-5.599
1997	52.994	59.747	-6.753
1998	51.140	57.763	-6.624
1999	48.011	49.294	-1.283

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2003.



**Figura 16** – Balança comercial brasileira

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2003.

O Brasil saiu do 8º lugar na economia mundial, em meados dos anos 1970 para o 15º lugar no início do século XXI, ou seja, à medida que abriu seu mercado, este foi se enfraquecendo.

### **5.1.1 O Contexto empresarial brasileiro**

Para que uma empresa se torne produtiva e competitiva, capaz de maximizar os recursos nela aplicados, seu gestor deve buscar diversas alternativas, seja em relação à utilização de novas tecnologias (de gestão e de processos, de reorganização da produção), seja no que concerne a alianças com empresas, fornecedores, distribuidores, concorrentes, universidades, setor financeiro etc., com o objetivo de criar sinergias.

Em alguns setores, as empresas líderes buscam sobreviver, além de se manter rentáveis, reduzir os riscos e preservar os seus patrimônios de forma reativa, o que é problemático, inclusive na forma de gestão. Isso fez com que, segundo o Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB), houvesse pouca inversão, prejudicando suas atividades produtivas, cujas estruturas ficaram obsoletas, o que se agravava com o fato de, no Brasil, ter havido um processo de industrialização muito tardio. Nessa medida, a condição tecnológica do país ficou ainda mais vulnerável.

Na segunda metade da década de 1980 (governo Sarney), os oligopólios e empresas líderes se mantiveram fortes, chegando alguns setores a reajustar preços, diante do “forte poder de mercado”, como ocorreu após a falácia do Plano Cruzado, quando o país voltou a experimentar a indexação econômica e a inflação atingiu índices astronômicos.

Num cenário assim e visando a manter suas margens de lucro, as empresas preferiram buscar negócios mais seguros que pudessem garantir a rentabilidade. O que fizeram, entretanto, foi reduzir os investimentos em suas unidades e, em consequência, atrasaram-se ainda mais, tecnologicamente.

Embora alguns setores tenham investido em tecnologia de ponta, em meados dos anos 1980, e início dos anos 1990, essas iniciativas foram abandonadas em virtude da crise.

A década de 1980 assistiu a uma retração das atividades produtivas, uma vez que não houve inovação e os empresários, comodamente, recorreram à especulação financeira.

O decênio de 1990 foi marcado pela abertura da economia e seu ajustamento às regras de um mercado globalizado, o que, entre outras consequências, promoveu desemprego estrutural no país, com a intensificação do uso, pelas empresas da mecatrônica, das técnicas digitais e de outros processos inerentes à modernização organizacional que induziram procedimentos de reengenharia, *downsing* etc., dada a necessidade de reestruturação e reorganização dos processos produtivos e a busca de especialização em áreas consideradas de competência, na busca da competitividade no mercado internacional.

O quadro seguinte sintetiza os fatos importantes deste período.

À luz das considerações precedentes, o processo de inovação e empreendedorismo no Brasil, em geral, é lento e tortuoso.

1990 – Governo Collor	Abertura comercial; confisco da poupança pública; plano de estabilização da economia; queda da inflação
1991 – Governo Collor	Recrudescimento da inflação; Plano Collor 2; reajuste da política fiscal; aumento do depósito compulsório; taxas de juros elevadas
1992 – Governo Collor	Crise de credibilidade do governo; impeachment do presidente
1993 – Governo Itamar	Reorganização da economia
1994 – Governo Itamar	Implantação do Plano Real, com estabilidade dos preços; controle de gastos; paridade cambial com o dólar; aumento da taxa de juros; URV (Unidade Real de Valor) passou a ser indicador de preços
1995 – Governo FHC	Mudança do padrão monetário (sai a URV e o real substitui o cruzeiro); estabilidade da moeda; reformas estruturais para reduzir a interferência do Estado na economia. Início do programa de privatização. Enquadramento integral do país no Consenso de Washington e nas normas do FMI. Desnacionalização da economia brasileira

#### **Quadro 4 – Retrospecto dos anos 1990-95**

Fonte: Pesquisa direta, 2003 (Sinopse elaborada pela autora).

Sendo o Brasil um país com predominância de mão-de-obra não qualificada e onde parcela majoritária do parque empresarial é constituída por micro e pequenas empresas (além de um segmento informal que segundo dados do IBGE, responde pela absorção de 47% da População Economicamente Ativa [PEA], apresenta uma cultura resistente à descentralização, delegação e participação dos empregados no processo decisório, o que dificulta a utilização de novas técnicas de gestão e produção. Entretanto, existe um segmento moderno, constituído em grande parte por empresas multinacionais que, desde os anos 1980, vêm utilizando novas técnicas de gestão e produção, buscando atingir maior produtividade<sup>51</sup>, segundo o modelo criado pela Toyota, no período de 1950 a 1970, a partir de adaptações e ajustes ao paradigma fordista.

Observe-se, porém, que várias análises setoriais que integram o Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (Ecib) (1993) demonstraram o estágio ainda incipiente em que se encontra o parque empresarial brasileiro quanto à plena adoção das modernas técnicas de produção.

De acordo com o estudo citado, há necessidade de se promover uma mudança cultural, educacional e social dentro das empresas de vários setores, principalmente quando se visualiza a dificuldade para que essas inovações sejam definidas. No caso, há mais resistência nas pequenas e médias empresas.

Ainda segundo a Ecib, se se prolongar a crise econômica brasileira, a situação de defasagem da estrutura empresarial se agravará cada vez mais, visto que, ao longo do tempo, as transformações necessárias não vêm ocorrendo. O sistema empresarial brasileiro tem utilizado estratégias “defensivas”<sup>52</sup> em face de expectativas, sem correr riscos, como a de que, com a inflação estabilizada e os fluxos de investimentos crescentes, haja maior absorção de inovações. O que se constata, porém, é a existência de atraso e inadequação do sistema empresarial brasileiro por causa de três fatores:

- a) grau de centralização do capital;
- b) perfil de atividades e
- c) defasagem organizacional.

<sup>51</sup> A reestruturação produtiva com base no toyotismo se disseminou para outros países, a partir da década de 70.

<sup>52</sup> Segundo Senge (1990, p. 54), não existe pró-atividade mas reatividade disfarçada.

Os estudos setoriais do Ecib, recomendam a adoção de um conjunto de ações que possibilitem ao setor empresarial brasileiro atingir níveis de competitividade internacional, para assegurar as condições de sobrevivência frente aos desafios que a globalização impõe à economia nacional, a saber:

- a) ampliar a capacidade de inovação, por parte do setor privado, através de maior investimento em P&D, de parcerias, permitindo que algumas empresas tanto as “difusoras de progresso técnico” quanto aquelas com maior capacidade competitiva ampliem as suas vantagens, para competir em ambiente de concorrência acirrada e de constantes inovações;
- b) ampliar e difundir inovações organizacionais, pouco onerosas para fornecedores, usuários, empresas coligadas etc., principalmente, empresas líderes. Essa atitude pode beneficiar empresas e setores considerados não competitivos;
- c) mudar a relação com fornecedores para uma rede de cooperação, principalmente para setores que produzem em grande escala, contribuindo para a redução de instabilidade na demanda dos fornecedores e maior utilização de modernas técnicas;
- d) incrementar a interação com usuários e consumidores, a fim de promover a adequação dos produtos às suas necessidades, em menor tempo, e permitir mais oportunidades de contato para informar sobre as características dos produtos, melhorar a imagem da empresa etc., numa rede de cooperação;
- e) buscar sinergia interna, nas estratégias de aquisição ou fusão de empresas, a fim de se obter vantagens competitivas nas atividades desenvolvidas pelo grupo, tanto para superar pontos fracos quanto para desenvolver atividades complementares;
- f) estabelecer sinergias por meio de alianças e mecanismos de cooperação com empresas que desenvolvem atividades complementares;
- g) organizar novas entidades financeiras e de parceria entre bancos e indústrias, com vistas à definir taxas de juros mais reduzidas para créditos de longo prazo, a fim de reestruturar o sistema produtivo brasileiro.

Dado que a economia globalizada exige, cada vez mais, abertura de mercados, torna-se de importância decisiva para o parque empresarial brasileiro, especialmente para a PMEs, investir em modernização tecnológica. Nessa perspectiva, mostra-se relevante a integração das universidades e de institutos de pesquisa com as empresas.

## **5.2 O CONTEXTO EMPRESARIAL BAIANO**

### **5.2.1 Antecedentes**

O território de dimensões continentais (8,5 milhões de km<sup>2</sup>), que é o Brasil, do qual se apossou o Estado monárquico português quando aqui chegou sua frota em 1500, no Extremo Sul da Bahia, teve como sede administrativa da colônia a cidade de Salvador, fundada em 1549, capital do país até 1763 (deste ano até 1960, o Rio de Janeiro foi a capital, que se transfere para Brasília, no planalto goiano, Região Centro-Oeste).

A exploração de madeira, principalmente pau-brasil, foi a atividade econômica dominante na Bahia até a segunda metade do século XVI. Pecuária bovina, trazida de possessões portuguesas na África e Ásia, e plantação de cana-de-açúcar vão fazer da Bahia um próspero empreendimento

colonial português ao longo de três séculos, com grande destaque para a produção de açúcar. A mão-de-obra era de escravos africanos (o Brasil foi o último país do mundo a abolir a escravidão, o que ocorreu em 1888).

Com a decadência da atividade açucareira, ocorrida no século XIX, houve uma redução do nível de renda da população, o que fez com que muitas mercadorias, antes importadas, passassem a ser produzidas internamente, e, como diz Furtado (1986, p. 80), sob a “forma rudimentar de artesanato”, sendo o couro o substituto de “quase todas as matérias-primas”.

Embora no período de 1801 a 1822 a Bahia tenha sido líder mundial na produção e exportação de açúcar, a partir de então essa atividade declinou significativamente por diversas causas, tais como: concorrência de outros produtores internacionais, perda do mercado europeu para substitutos como o açúcar da beterraba, esgotamento dos solos do Recôncavo baiano e a conseqüente queda de produtividade, custos crescentes de produção e perda de escala e defasagem tecnológica, entre outras. Tudo isso marcou, já no final do século XIX, quando foi instituída a República (1889), o declínio do poder político nacional da oligarquia baiana.

O tabaco, outro importante produto agrícola baiano, passou a ser aqui cultivado, a partir do início do século XVII, mas era considerado inferior, sendo utilizado como moeda para o tráfico de escravos. Sua qualidade se torna apreciável ao final do século XVIII, quando Portugal passa a se industrializar.

O mercado europeu veio a ser o principal importador de fumo baiano cultivado em grande quantidade nos campos de Cruz das Almas, Cachoeira, Maragogipe e Muritiba. A Bahia incrementou a sua produção atraindo indústrias de cigarros e charutos, além de empresas exportadoras de fumo em folha. Essa nova fase ocorre no momento em que começa a declinar a produção de açúcar.

A primeira fábrica baiana de fumo, Área Preta, surgiu em 1819 e, a partir daí foram criadas sucursais no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Em 1833, mais duas fábricas surgiram, uma delas no bairro de Nazaré, em Salvador, produzindo rapé. A partir de 1860, segundo Tavares (2001), a Bahia passou a exportar charutos fabricados artesanalmente.

O comércio baiano de fumo, assim como de vários outros produtos, esteve, durante parte do século XIX, controlado pelos alemães, muitos dos quais aqui se instalaram por causa da atratividade desse negócio.

Os germânicos controlaram ao longo da metade do século uma excelente fatia do comércio exportador baiano, aquela voltada para a venda do fumo. Aos nacionais restaram os negócios de compra e enfiamento, no interior, do fumo que era enviado para Salvador a fim de ser submetido a uma inspeção controlada por eles [...]. No final do século – 1892 – são as casas exportadoras as mais fortes e estáveis da praça. Quase todas de origem estrangeira, onze delas controlam o ramo: 4 alemãs, 3 inglesas, 3 americanas e 1 nacional. (FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA E ESTUDO, 1980, p. 12)

Em 1892 a indústria baiana (BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, 1997) contava com 12 fábricas de charutos e cigarros, produtos muito valorizados no mercado africano. Com a eliminação do tráfico de escravos, na segunda metade do século XIX, o reatamento das relações da América do Norte com a Europa e a conseqüente concorrência internacional do fumo da Virginia (EUA), a economia fumageira do Brasil entrou em crise.

Desde o século XVI a Bahia produzia e exportava algodão para Portugal, em quantidade porém muito inferior à de açúcar. A fase próspera dessa cultura ocorre no século XIX. Com a independência dos EUA, em 1776, a Inglaterra<sup>53</sup>, segundo Tavares (2001), passa a importar, de modo expressivo, algodão brasileiro, cuja produção é incentivada pelos comerciantes portugueses, concentrada inicialmente no Maranhão, de onde se disseminou para outras províncias, entre as quais a Bahia (a denominação territorial e administrativo de província vigora no Brasil, quando o país emancipa-se politicamente de Portugal, de 1822 a 1889; o regime monárquico é então substituído pela República, a qual se constitui de unidades federadas, os Estados).

Os anos entre 1840 e 1846 marcaram uma fase cíclica de prosperidade da economia baiana. Neste período foi criada a “Companhia para Introdução e Fundação de Fábricas Úteis na Província da Bahia[...]”, e implantadas algumas unidades fabris de papel e tecido, como a Fábrica de Tecidos Todos os Santos, em 1844, localizada em Valença, o primeiro estabelecimento industrial movido a energia hidráulica a funcionar no país, operando com 300 empregados. A presença de holandeses nessa região litorânea baiana, à época, era grande.

Em 1841, com a instalação de fábricas de tecidos, pelos ingleses, que dominavam essa técnica, foi iniciada a industrialização na Bahia. Eram, porém, “tecidos grosseiros de algodão” (TAVARES, 2001, p. 286).

Esse segmento era dominado por empresários e técnicos estrangeiros, principalmente ingleses, cabendo aos brasileiros as atividades braçais.

A Inglaterra, entretanto, ao reatar relações comerciais reata comercialmente com as antigas colônias americanas, produtoras de algodão, deixa de adquirir o produto brasileiro e a cultura entra em declínio, momento em que a produção fica voltada apenas para atender ao mercado português e interno. Em 1846 a fábrica de Valença, que já estava em crise, interrompeu as suas exportações.

A partir do decênio de 1870, a atividade algodoeira retoma seu crescimento no país; proliferam fábricas de tecidos mais modernas e amplas. Em Salvador e no Recôncavo baiano, em 1892, segundo Góes Calmon, funcionam 12 indústrias de tecidos (BAHIA, 1997).

De acordo com Azevedo, a Bahia, na segunda metade do século XIX, o que mostra é “[...] a fraqueza de uma lavoura combatida, desprovida de capitais, e de uma elite sem espírito de iniciativa empresarial” (FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA E ESTUDO, 1980, p. 16).

E, sobre o comércio:

Florescia entre nós uma civilização empreendedora e otimista, com uma aristocracia de senhores de engenho, fazendeiros, comerciantes fortes, muitos dos quais eram portugueses, ingleses, alemães, comissários das importações e exportações, altos funcionários civis e militares, cujos requintes de maneiras e de gosto impressionavam os visitantes estrangeiros (FUNDAÇÃO CENTRO DE PESQUISA E ESTUDO, 1980, p. 16).

No século XIX a principal atividade econômica baiana era o comércio, formado por lojistas, ambulantes, e, em grande parte, exportadores. Com a abertura dos portos, os estrangeiros passaram a comandar o setor, notadamente os ingleses, que se destacam na área financeira, com a criação do New London and Brazilian Bank Limited, nos anos 1880.

---

<sup>53</sup> A indústria têxtil estava em sua fase áurea na Inglaterra do século XVIII, com perspectivas de altos lucros para aqueles empresários que pudessem nela investir. Os resultados obtidos foram os esperados, em decorrência da introdução de novas tecnologias para a produção de fios e tecidos.

Entretanto, um balanço do setor secundário no final do século XIX indicava que existiam no Brasil 903 estabelecimentos industriais, 123 dos quais na Bahia, o que representava uma participação de 14%. Observe-se que no período 1875-1890 contava a Bahia com quase a metade das fábricas do país (SAMPAIO, 1975, p. 28). No caso específico da indústria têxtil, em 1866 possuía a Bahia 56% das fábricas existentes no país; em 1885 essa participação foi reduzida para 40%.

Em termos de empreendedorismo merece destaque, na Bahia, o nome de Luiz Tarquínio. Iniciando as suas atividades no comércio de tecidos, terminou por implantar em 1890 a Companhia Empório Industrial do Norte (CEIN), complexo formado inicialmente pela fábrica da Boa Viagem e a Vila Operária. A Cein era muito mais que uma simples fábrica de tecidos; tratava-se de uma iniciativa pioneira na América Latina em termos de concessão de direitos trabalhistas e da participação dos empregados nas atividades da empresa, antecedendo em 50 anos as leis sobre o tema. A despeito de uma história marcada por crises e renascimentos, entre 1940 e 1946 a CEIN esteve classificada entre as 16 maiores empresas do ramo no país. Faliu em 1972. Segundo Spínola (2003, p. 52), foi a partir de 1930 que a indústria têxtil baiana começou a declinar por causa do obsolescência dos equipamentos e da “[...] perda gradativa de qualidade da fibra de algodão regional”.

Nas primeiras décadas do século XX, no sul da Bahia, a plantação de cacau inaugura um ciclo econômico dos mais significativos do Estado. A história dessa cultura é antiga, pré-colombiana. Segundo Tavares (2001), em 1746 um suíço trouxe uma muda do Pará, que deu origem à primeira plantação na Bahia. Trata-se de uma lavoura cuja terra favorável é a da floresta tropical: os cacauzeiros necessitam, para se desenvolver, de sombra e umidade. A mata, porém, precisa ser desbravada e é vencida a resistência da população indígena, grande parte da qual é dizimada. Do final do século XIX até por volta de 1970 o cacau foi o carro-chefe da economia baiana, o produto de maior peso na pauta de exportação do Estado (ALVES, 2000). O lucro decorrente da lavoura cacauzeira permitiu a criação de cidades na região, duas das quais se destacaram – Itabuna, que concentrou a comercialização do produto, e Ilhéus, cujo porto marítimo favoreceu a exportação. A saga do cacau, no sul da Bahia, é tematizada em vários livros de Jorge Amado, nascido no distrito de Ferradas, em Itabuna, o mais conhecido escritor brasileiro de ficção. Por sinal, o segundo livro de Amado, publicado em 1933, é um romance, de título *Cacau*.

A figura do empresário deixa de existir uma vez que muitos dos grandes cacauzeiros indicam administradores para conduzir as suas lavouras para desfrutar dos lucros decorrentes da sua atividade.

Ao longo do tempo a economia da região cacauzeira flutuou ao sabor da oscilação dos preços internacionais do produto, registrando-se épocas ora de preços elevados, com riqueza e prosperidade, ora de queda de preços, aos quais se seguiam crise e ruína. Mas, no conjunto, a lavoura resistiu até 1985, quando uma doença, causada por um fungo conhecido como vassoura-de-bruxa, começou a dizimar os cacauzeiros, ocasionando o fechamento das indústrias de beneficiamento dos frutos, chamadas amêndoas, para a fabricação de chocolate, cuja demanda mundial sempre foi alta. Restaram apenas as empresas multinacionais, a exemplo da Cargil Agrícola, que passaram a importar cacau da África. Estudos desenvolvidos pela Ceplac (Comissão Executiva do Plano de Recuperação da Lavoura Cacauzeira), órgão subordinado ao Ministério da Agricultura, vêm possibilitando o ressurgimento das fazendas com a introdução de variedades genéticas da espécie resistentes àquele fungo.

Ao longo da primeira metade do século XX, as atividades econômicas baianas, voltadas para o setor agro-exportador e predominantemente dominadas pelo capital mercantil e com uma grande dependência do mercado externo, não criaram condições suficientes para uma migração para o

setor secundário, o que caracterizou uma possível “involução industrial da Bahia”, comparativamente ao restante do país (TAVARES, 1966, p. 5).

Nem mesmo o cacau, principal produto da pauta de exportação do Estado, nesse período, conseguiu produzir excedente para uma migração para o setor industrial. Ao contrário, a substituição dos grandes fazendeiros, também chamados de *coronéis*, por empresários preocupados apenas com o usufruto dos lucros derivados dessa exploração agrícola, deslocou da Bahia para a Região Sudeste substanciais recursos gerados na atividade, notadamente para consumo suntuário. Neste particular, como assinala Mariani (1956), o governo federal drenou, através da política cambial, cerca de 100 milhões de dólares das exportações de cacau, ao manter o seu preço cotado numa taxa sobrevalorizada em relação à moeda norte-americana.

A criação da Petrobras, em 1953, que promoveu, na Bahia, a exploração de petróleo e a instalação da Refinaria Landulfo Alves; e, nos anos seguintes, a criação da Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), com a construção de uma usina em Paulo Afonso (BA), do Banco do Nordeste, em Fortaleza (CE), e da Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), em Recife (PE), eis o que muito contribuiu para viabilizar a industrialização regional e, em particular, baiana.

De acordo com Almeida (1986), até a década de 1950 a economia baiana, de base primária, era “tremendamente instável” porque dependente do mercado externo, da política de preços e das safras.

Segundo Spínola (2003, p. 111), “[...] ainda em 1957 era extrema a deficiência do parque industrial baiano [...]”, no qual predominavam os segmentos tradicionais de têxteis e alimentos.

### **5.2.1.1 Política industrial baiana (1967/1980)**

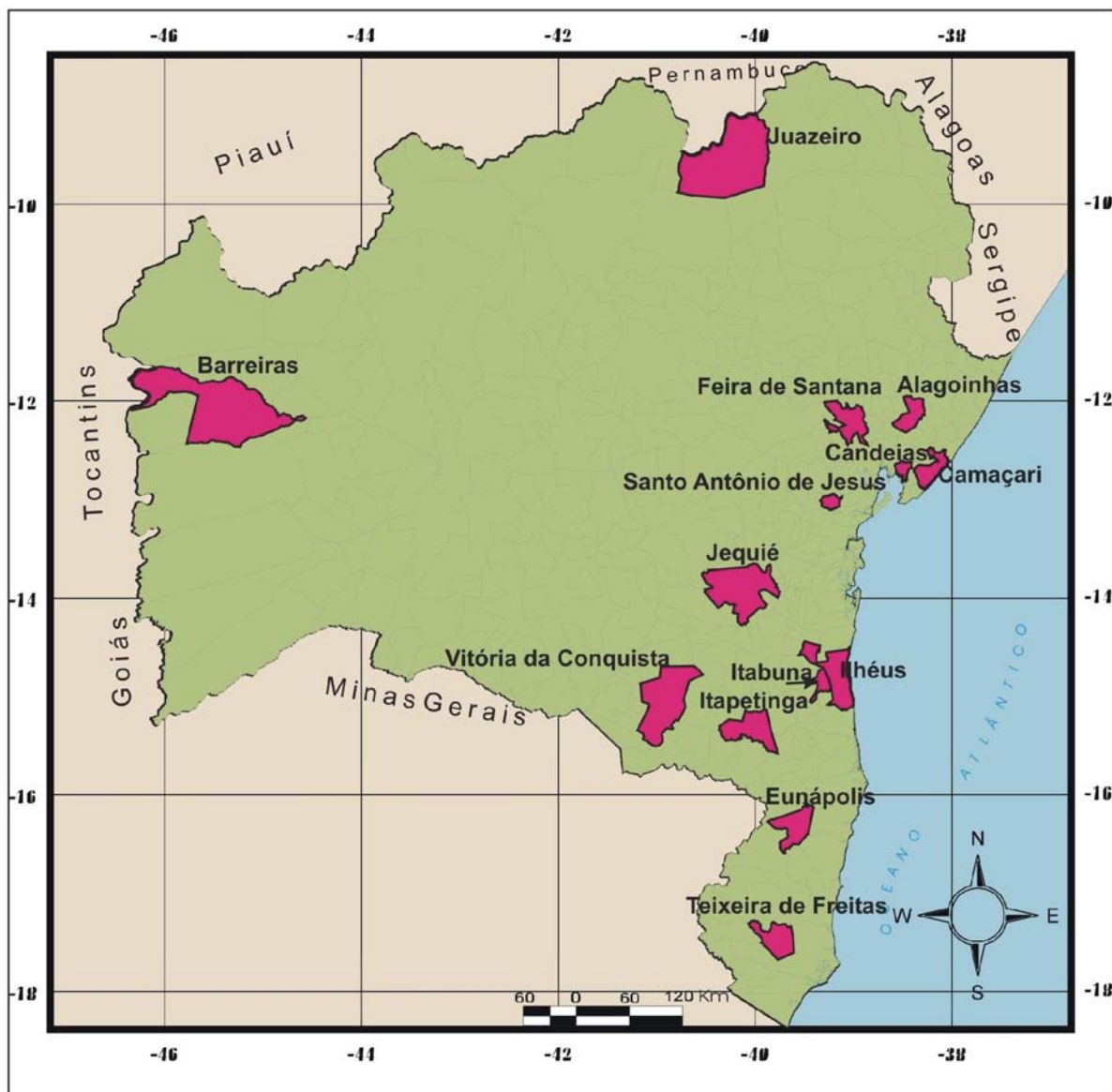
Em 1967, o programa de incentivos fiscais do governo federal viabiliza a implantação, no município de Simões Filho, próximo a Salvador, do Centro Industrial de Aratu (CIA) e, ao longo do decênio de 1970, de um conjunto de distritos industriais no interior da Bahia (Ilhéus, Jequié, Vitória da Conquista, Juazeiro e Feira de Santana) e do Complexo Petroquímico Camaçari (Copec). Nesse período, segundo Carvalho Jr. e outros (2002), a orientação do governo federal era a de formar complexos industriais para a produção de bens intermediários com o objetivo de integrar as regiões brasileiras. Houve, então, crescimento do setor, que atraiu expressivos investimentos decorrentes da instalação de novas empresas. Nesse período, a indústria foi a principal fonte de riqueza do Estado, com a participação de 27,5% do PIB, em 1975.

Segundo Spínola (2003, p. 48), todas as aglomerações industriais na Bahia, nesse período, foram conduzidas de forma autoritária, sem participação da “comunidade empresarial e urbana”. Somente depois dos espaços definidos e construídos é que se buscavam indústrias interessadas em se instalar naqueles locais.

Atualmente, ainda em atividade, estão relacionados, pela Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial (Sudic), órgão vinculado à Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia (SICM), 14 conjuntos industriais baianos, implantados no período em apreço, conforme a figura seguinte.

Para padronização das terminologias, nas referências aos diversos conjuntos industriais baianos, utiliza-se aqui a classificação apresentada por Spínola (2003, p. 6), a saber: complexo industrial, a exemplo do de Camaçari, e, considerados apenas os pioneiros, centro industrial e distrito industrial.





**Figura 17** – Localização dos conjuntos industriais da Bahia (sem escala no original)

Fonte: Elaboração própria, com base na BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, 2000; BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2000.

Complexo Industrial	Camaçari
Centro Industrial	Simões Filho/Candeias (Aratu) Feira de Santana (Subaé)
Distrito Industrial	Ilhéus Vitória da Conquista Jequié Juazeiro

**Quadro 5** – Nomenclatura dos conjuntos industriais baianos

Fonte: SPÍNOLA, 2003.

O Centro Industrial de Aratu (CIA) constituiu uma iniciativa pioneira de concepção, planejamento e implantação de áreas específicas para a atividade fabril em todo o Nordeste brasileiro. Foi o carro-chefe da política de atração de investimentos para o Estado até o início da década de 1970.

Segundo Spínola (2000), o CIA foi vítima de alguns equívocos de planejamento, tais como a indefinição de uma vocação ou especialização industrial. Ou seja, abrigaria qualquer tipo de indústria que nele quisesse se instalar o que, evidentemente, frustrava qualquer possibilidade de estabelecimento dos efeitos *linkage*, previstos por Hirschman (1956) e, em consequência, não provocaria economias de aglomeração. Os lotes de suas áreas para a instalação de empresas foram superdimensionados, o que produziu uma utilização pouco econômica e racional do espaço útil, o qual se esgotou em pouco tempo. Sua infra-estrutura não foi completada na forma concebida por causa de problemas criados pelas interfaces com outros projetos, como o da Usina Siderúrgica da Bahia (Usiba) e o programa rodoviário do DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem). A opção equívoca da Petrobras que preteriu sua área pelo espaço de Camaçari, na localização das empresas de seu complexo básico petroquímico, constituiu o golpe definitivo que esvaziou o CIA.

Localizado próximo ao Complexo Petroquímico de Camaçari e aos portos de Aratu e Salvador, o Centro Industrial de Aratu possui atualmente cerca de 170 empresas de diversos segmentos: químico, plástico, têxtil, alimentício, metal-mecânico, metalurgia e farmacêutico. Apesar desse contingente empresarial, o CIA possui uma elevada taxa de fechamento e rotatividade de empresas, a ponto de ter recebido a alcunha de “cemitério de indústrias”. Tudo isto faz com que, até hoje, se constitua apenas num perímetro industrial de Salvador, sem a expressão que se pretendeu em sua concepção.

O Complexo Petroquímico de Camaçari (Copec), que teve sua implantação iniciada em 1971, o primeiro do gênero planejado no país, foi inaugurado em 1978, como um pólo de indústrias petroquímicas, com a proposta frustrada de desenvolver – a jusante de suas plantas de primeira e segunda geração, produtoras de intermediários – um parque de indústrias de transformação, produtor de bens finais de consumo. É fato, entretanto, que sua implantação modificou a base industrial do Estado, que começou a fornecer produtos intermediários (principalmente petroquímicos) para o Sul e Sudeste do país, criando uma estrutura complementar às indústrias daquelas regiões.

Participaram da implantação do Copec, o governo do Estado, Petrobras, Ministério da Indústria e Comércio, BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), Banco Nacional de Habitação e Sudene. A participação da classe empresarial, segundo Spínola (2003), foi insignificante, bem como o das classes políticas, organismos de classe, comunidade local e regional. Nesse momento, segundo Alves (2000, p. 6), “[...] o governo assumiu o papel de empreendedor[...]”, com a adoção do modelo tripartite, visto que, como já referido, houve o aporte de capitais estrangeiros.

O surgimento do Copec resultou da política industrial implantada no país, à época, pelo governo federal e sem qualquer participação da universidade ou de seus órgãos de pesquisa. Nesse período, houve uma acentuada importação de mão-de-obra especializada e semi-especializada, para atender às necessidades das indústrias ali instaladas, como a atração de um contingente superior a 30 mil operários – a maioria pouco qualificada – para trabalhar em sua infra-estrutura e instalação. Hoje, o Complexo conta com mais de 50 empresas do segmento petroquímico e de outros, como o automotivo (o mais recente empreendimento é o Projeto Amazon, da Ford, numa área aproximada de 5.000.000m<sup>2</sup>, com cerca de 5 mil empregos diretos), o de celulose, de metalurgia do cobre, além de indústrias têxteis, de bebidas e serviços.

O Copec propiciou em Salvador uma certa ascensão de baixos estratos da classe média, o que pôde ser evidenciado com a aquisição de melhores moradias em conjuntos de apartamentos, cuja oferta aumentou com o crescimento da indústria da construção civil; por sua vez, o comércio

e o setor de serviços expandiram-se e modernizaram-se. A construção de shoppings centers e a instalação de mais redes de supermercados refletiram a elevação do nível de renda desses estratos da população. O aumento do padrão de consumo foi, pois, expressivo.

Por outro lado, há que se considerar não ter sido significativa a absorção de mão-de-obra pelo Copec. Dados de 1986 do Cenpes (Centro de Projetos e Estudos), órgão da Seplante (Secretaria Estadual do Planejamento, Ciência e Tecnologia), estimam que o número de empregos diretos gerados pelo Copec não chegava a 20 mil. Acrescenta-se que tanto para Camaçari quanto para cidades próximas, inclusive Salvador, afluíram massa considerável de trabalhadores sem qualificação de várias regiões do Estado. Esse êxodo acarretou aumento da favelização e do desemprego na RMS.

Em decorrência da implantação do CIA e Copec entre os anos de 1967 e 1980, o PIB do Estado teve um crescimento superior ao da média nacional, tendência que se manteve na década seguinte. Crescimento esse, porém, que não teve o equivalente social desejável. O desenvolvimento humano persiste com índice crítico na Bahia.

O Centro Industrial de Subaé (CIS) foi concebido nos mesmos moldes do CIA, de cujo parque pretendia ser complementar. Criado em 1969, a partir de iniciativa municipal, está localizado em Feira de Santana, a 100 km de Salvador. Conta com aproximadamente 100 unidades industriais incluindo as de embalagem, produtos químicos, pneus, metalurgia, metal-mecânica, alimentos, equipamentos de transportes, mármore e granitos e transformação de plástico. Entre as empresas que o integram, estão Pneus Pirelli, Cervejaria Kaiser, Parmalat, Avipal, Jossan da Bahia, Química Geral do Nordeste e Brasfrut (CONSELHO DOS DIRETORES LOJISTAS DE FEIRA DE SANTANA, 2003). Encontra-se em instalação a Siemens, que fornecerá equipamentos elétricos para a Ford. De acordo com o Conselho dos Diretores Lojistas de Feira de Santana, o CIS mantém mais de 12 mil empregos diretos e mais de 39 mil indiretos. Para Alves (2000), o CIS obteve resultado por causa de sua localização, e também pelo fato de ser Feira de Santana a segunda maior cidade do Estado e estar próxima da RMS.

Localizado no município de Ilhéus, a 462 km de Salvador, o Distrito Industrial de Ilhéus, criado em 1974, não obteve sucesso devido à crise da lavoura cacauífera que constituía a base econômica da região. Após longo período de decadência, começou a ressurgir em 1995, integrado por empresas de montagem de computadores e periféricos (em cujo segmento, há 50 empresas que empregam 1,3 mil operários, além de 6 mil empregos indiretos), com a perspectiva de poder vir a constituir-se num pólo de tecnologia. Entre essas empresas, destacam-se: Bahiatec (segunda maior montadora de microcomputadores do país, de acordo com os órgãos estaduais de fomento), Enxuta do Brasil, Intral, CDI – Micro-computadores, Techlink e Thomas KL. Além desses funcionam ainda, no distrito, os seguintes setores industriais: processamento de alimentos, produtos químicos, eletro-eletrônicos e telecomunicações, calçados e componentes, cacau e derivados, minerais não-metálicos, madeira, vestuário, artefatos de tecidos e beneficiamento de mármore e granitos. A proximidade do Porto do Malhado, o segundo maior do Estado, facilita o escoamento da produção para exportação.

O Distrito Industrial de São Francisco, também criado, em 1974, pelo governo estadual, está localizado em Juazeiro, na região do Rio São Francisco (donde o nome), no extremo norte da Bahia, a 523 km de Salvador, e atua nas áreas de produtos alimentares e fruticultura, minerais não-metálicos, metalurgia, perfumaria, sabões e velas e têxtil.

Os demais distritos, não possuem a mesma representatividade econômica para o Estado. Contudo, relacionam-se, no quadro seguinte, alguns dados de outros distritos industriais baianos.

<b>Distrito Industrial</b>	<b>Localização</b>	<b>Principais Atividades</b>
Imborés	Vitória da Conquista (539km de Salvador)	Processamento de alimentos, minerais não-metálicos, produtos químicos, metalurgia, mecânica, perfumes, sabão/velas e bebidas alcoólicas
Jequié	Jequié (370km de Salvador)	Produtos plásticos, calçados, vestuário e artefatos se tecidos, minerais não-metálicos, alimentos, madeira, metalurgia, perfumes, sabão e velas
Itabuna	Ferradas (Itabuna)	Produção de minerais não-metálicos, material elétrico e processamento de alimentos
Barreiras	Barreiras (883km de Salvador)	Agro-indústria, produtos minerais não-metálicos, metalurgia, metal-mecânica, madeira/móveis, papel e papelão, produtos alimentares e bebidas
Alagoinhas	Alagoinhas (107km de Salvador)	Agro-indústria, beneficiamento de couros e peles, pré-moldados, cerâmica industrial e cervejaria e bebidas
Santo Antônio de Jesus,	Santo Antônio de Jesus (135km de Salvador)	Produção de calçados e componentes e produtos alimentares
Teixeira de Freitas	Teixeira de Freitas (827km de Salvador)	Madeiras e movelaria, alimentos, minerais não-metálicos, cerâmica e metalurgia
Eunápolis	Eunápolis (663km de Salvador)	Madeira e mobiliários, alimentos e minerais não-metálicos
Itapetinga	Itapetinga (571km de Salvador)	Produção de calçados e componentes, produtos alimentares e vestuário

**Quadro 6 – Bahia – distritos industriais secundários**

Fonte: Sinopse elaborada pela autora com base nos dados de BAHIA. Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, 2000; BANCO DO NORDESTE, 2000

### 5.2.1.2 A Bahia no século XXI

De acordo com dados da SICM (Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia), o PIB estadual, em 1960, registrava 40% de participação do setor primário, 12% do secundário e 48% do terciário. A evolução da participação do setor secundário ao longo dos decênios seguintes vem demonstrando essa tendência do processo de industrialização da Bahia, cuja participação do setor no PIB estadual cresceu de 12%, em 1960, para 41,2%, em 2000, conforme tabela a seguir.

**Tabela 16 – Participação setorial no PIB da Bahia**

<b>Ano</b>	<b>Setor primário</b>	<b>Setor secundário</b>	<b>Setor terciário</b>
1960	40,0	12,0	48,0
1970	21,2	13,4	65,4
1975	30,7	27,5	41,8
1980	20,2	40,0	39,8
1985	18,7	42,3	39,0
1990	10,4	38,0	51,5
1995	13,6	35,2	51,3
2000	10,0	41,2	48,7

Fonte: BAHIA. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia apud. VIEIRA; SOUZA, 2002.

De acordo com dados da SEI, em 2002, o PIB da Bahia tinha a seguinte composição: 12,77% da agropecuária, que caiu de um patamar de 30,69% em 1975; 42,59% da indústria, que representava 27,47% em 1975, e serviços, que representavam 41,84% em 1975 e chegaram a 44,64% em 2002. Portanto, houve um crescimento significativo da indústria, com redução da atividade

agropecuária. Na indústria de transformação, o segmento mais representativo é o de química, que contribuiu, em 2002, com 60,8% de participação no total. A indústria da construção representava 9,89% do PIB, em 2002.

O segmento químico/petroquímico foi responsável por 60,8% do PIB industrial do Estado em 2002, segundo dados do SEI. O que se verificou foi uma diversificação da base produtiva baiana no setor secundário, com a instalação do segmento químico/petroquímico, e no setor terciário, com as atividades de turismo, lazer e cultura.

O que se deduz das informações publicadas pela revista *Exame* em 2003 (AS 500..., 2003) é que as maiores empresas localizadas na Bahia, selecionadas por meio do critério receita operacional, na realidade não são baianas. Entre estas, das dez maiores empresas, cinco pertencem ao segmento químico/petroquímico (Braskem, OPP [Braskem], Trikem [Braskem], Politeno e Oxiteno Nordeste) e possuem sede em São Paulo. Das outras cinco, incluídas como “baianas”, na relação da revista *Exame*, apenas uma tem capital nacional e sede na Bahia (OAS), conforme demonstra o quadro abaixo. As duas outras nacionais têm sede no Rio de Janeiro.

Empresa	Capital/Sede	Atividade desenvolvida
Coelba	Brasileiro/espanhol	Serviços públicos de energia
Caraíba Metais	Brasileiro <sup>1</sup> (Rio de Janeiro)	Siderurgia
Bompreço	Holandês <sup>2*</sup>	Comércio Varejista
Bahia Sul	Brasileiro <sup>3</sup> (Rio de Janeiro)	Papel e Celulose
OAS	Brasileiro (Bahia)	Construção

**Quadro 7** – Grandes empresas não baianas localizadas na Bahia

Fontes: AS 500..., 2003 e pesquisa direta, 2003.

Class.	Empresa	Sede	Atividade desenvolvida
1	Braskem*	São Paulo	Química e petroquímica
3	OPP (Braskem)	São Paulo	Química e petroquímica
9	Trikem (Braskem)	São Paulo	Química e petroquímica
12	Caraíba Metais	Rio de Janeiro	Siderurgia e metalurgia
17	Bahia Sul	São Paulo	Papel e celulose
19	Politeno	São Paulo	Química e petroquímica
24	OAS	Bahia	Construção
29	Oxiteno Nordeste	São Paulo	Química e petroquímica
48	Insinuante	Bahia	Comércio varejista
56	Coprodal (Nestlé)	São Paulo	Alimentos, bebidas e fumo
60	Schincariol NE	São Paulo	Alimentos, bebidas e fumo
66	Sibra	Rio de Janeiro	Siderurgia e metalurgia
70	Polialden (Braskem)	São Paulo	Química e petroquímica
75	Isopol (Antiga Pronor)	São Paulo	Química e petroquímica
78	Ciquine Petroquímica	São Paulo	Química e petroquímica
82	Nitrocarbono (Braskem)	São Paulo	Química e petroquímica
84	Ferbasa	Bahia	Siderurgia e metalurgia
92	Azaléia Nordeste	Rio Grande do Sul	Confecções e têxteis
93	Cia. Paulista de Fero-ligas	Rio de Janeiro	Siderurgia e metalurgia
99	Nordeste Linhas Aéreas	Rio Grande do Sul	Serviços de transportes

**Quadro 8** – Grandes empresas localizadas na Bahia

Fontes: AS 500..., 2003 e pesquisa direta, 2003.

<sup>54</sup> Grupo de pensão liderado pela PREVI.

<sup>55</sup> Essa empresa era originária da Bahia.

<sup>56</sup> Controle do Grupo Suzano.

Das 100 maiores empresas da Região Nordeste<sup>57</sup>, relacionadas na referida publicação, 30 estão localizadas na Bahia, sendo 7 de capital estrangeiro (considerando a EDN como Dow Química), 3 estatais e as demais, nacionais, têm sede em diversos estados brasileiros o que significa que as respectivas decisões não são tomadas na Bahia; aqui ficam apenas as atividades operacionais, em sua grande parte.

Essa desconcentração de atividades das empresas localizadas na Bahia, principalmente industriais, demonstra a fragilidade da economia baiana.

Apesar de todos os esforços, o setor secundário baiano continua mais voltado para a produção de bens intermediários, à exceção da Ford, implantada recentemente na Bahia, o que, segundo Teixeira e Guerra (2002, p. 1), faz com que o desempenho da indústria local esteja relacionado ao desempenho da indústria nacional. De todo modo, o objetivo de dinamizar a economia por meio de centros industriais ainda não se traduziu em melhoria dos indicadores sociais. O setor industrial baiano cresceu 0,5% em 2002, inferior à média nacional que foi de 1,96% conforme dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Esse resultado é atribuído às exportações do setor petroquímico.

Atualmente, além da Ford, existem outros projetos considerados importantes pelo Estado, como o da Veracel<sup>58</sup>, em Eunápolis, no extremo sul, que implantará uma fábrica de celulose, o da Monsanto, que produz herbicidas, próximo ao Copec, o da Siemens alemã, sistemas elétricos para autos, Semp Toshiba (japoneses) e Microtec (microcomputadores), Cargill (alimentos), Azaléia (RS, calçados), Air Liquid (grupo internacional, química), Sisa (italiana, couro sintético), Apotex (canadense, farmacêutica), Natuzzi (Italiana, móveis), Alcatel (cabos), entre outros, alguns dos quais já estão instalados no Estado e outros já assinaram protocolo de intenções; o fato, porém, é que são projetos em grande parte de empresas estrangeiras.

A despeito de sua dependência externa cada vez mais acentuada, a economia baiana pode-se considerar em expansão, principalmente por causa do capital oriundo das regiões Sul e Sudeste que, aplicado na indústria e agricultura, tende a tornar esses setores mais competitivos.

Alguns segmentos são considerados emergentes pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, que utiliza várias terminologias, entre as quais a de “pólo” (denominação inadequada para diversos estudiosos da economia baiana)<sup>59</sup>. Das atividades relacionadas, algumas já são desenvolvidas nos diversos distritos industriais do Estado, ou se confundem com o próprio distrito industrial, como no caso do de Ilhéus, também identificado como “Pólo de Informática”. Estão a seguir referidos o Pólo Calçadista, o Pólo Cerâmico, Automotivo, Pólo de Informática, Agronegócio, etc.

Alguns desses segmentos não formaram um aglomerado definido espacialmente, visto que não se concentram em apenas um município, a exemplo do Pólo Calçadista, que nem mesmo se instalou na RMS, para se preservar da pressão sindical.

---

<sup>57</sup> Para o *ranking* das empresas foi feita uma ponderação dos resultados, com atribuição de pontos que são multiplicados pelos pesos correspondentes a cada item da avaliação, baseando-se em dados tais como: “crescimento, rentabilidade, saúde financeira, investimentos no imobilizado, participação de mercado e produtividade por empregado” (AS 500..., p. 82).

<sup>58</sup> Associação dos grupos Aracruz Celulose e a sueco-filandesa Stora Enso.

<sup>59</sup> A propósito ver Spínola (2003, p. 38).

#### **5.2.1.2.1 Pólo calçadista**

A partir da década de 1990, a Bahia, que até então contava com pequenas empresas no segmento de calçados, muitas delas familiares e sem especialização, começou a incentivar a vinda de empresas de médio e grande porte, cujas marcas já estavam consolidadas no mercado nacional e que destinavam parte da sua produção para a exportação. Localizado no sudoeste baiano, o Pólo calçadista conta com 94 (ABICALÇADOS, 2003) fábricas (base 2001) entre as quais a Azaléia, empresa com sede no Rio Grande do Sul, e emprega 10.431 trabalhadores (base 2001). Outras nove fábricas estão sendo instaladas e sete estão em fase de projeto, com a expectativa de criar mais 30 mil empregos (INDÚSTRIA antecipa-se..., 2003). A maior parte dessas indústrias é originária do Rio Grande do Sul, a exemplo da Azaléia (localizada em Itapetinga), Ramarim (RS, desde 1997, localizada em Jequié), Daiby (RS), Bibi (RS, em Cruz das Almas), Kildare (RS) e Piccadilly (RS). A atração dessas indústrias para este pólo foi baseada em menor custo de produção e transporte, incentivos do governo (benefícios fiscais, isenções do imposto de renda, de impostos municipais, redução e deferimento de tributos), proximidade do mercado americano etc. Escreve SANTOS (2003, p. 18): “As empresas (de calçados) que instalaram unidades produtoras na Bahia são, em geral, verticalmente integradas e dependentes de suas matrizes no Sul e no Sudeste [...]”

#### **5.2.1.2.2 Pólo Automotivo**

Está representado, principalmente, pela Ford, que está localizada no Copec. A implantação dessa empresa vem atraindo para o Estado várias outras indústrias, a exemplo da Pirelli (instalada em Feira de Santana; e segundo o Promo [Centro Internacional de Negócios da Bahia], será a mais moderna fábrica de pneus da empresa, no mundo), da Siemens e da Tracoinsa Industrial.

#### **5.2.1.2.3 Pólo Náutico**

Desde 1996 a Bahia dispõe de um centro náutico onde se realizam eventos nacionais e internacionais. O governo estadual decidiu criar um distrito, na baía de Aratu, dirigido para essa atividade. O objetivo é o de fazer da Bahia uma “rota náutica internacional”, principalmente através da iniciativa privada, a exemplo da Bahia Marina e do Iate Clube da Bahia, em Salvador.

#### **5.2.1.2.4 Pólo Cerâmico**

Este pólo deverá se localizar nos municípios de Camaçari e Alagoinhas. Contará com a implantação de empresas como a Fragani, Incenor, Cecrisa e ampliação da Eliane (SC). Além da fonte de matéria-prima que prevê reservas de 500 milhões de toneladas, as empresas foram atraídas por incentivos fiscais como redução do ICMS, custo da mão-de-obra, variedade, qualidade e quantidade de matéria-prima etc.

#### **5.2.1.2.5 Centro de Design**

Implantado com o objetivo de apoiar as pequenas e médias empresas no que se refere à criação de identidade de seus produtos e às “[...] potencialidades dos pólos industriais do Estado” (PROMO, 2003), além de desenvolver marcas para os produtos fabricados na Bahia.

#### **5.2.1.2.6 Pólo de Cosméticos**

Foi lançado em 28/03/2003. Quatro grupos foram atraídos para Salvador, pelas isenções fiscais: V.G. Indústria e Comércio (Itália), Sigma Química (empresa nascida na Incubatec, em janeiro/01), Tricobrás e Nathalia Beauty (esta, no ramo há 40 anos em Porto Alegre, RS).

#### **5.2.1.2.7 Pólo de Vestiário**

Conta com as unidades do Condomínio Bahia Têxtil e Bahia Beach Export, em Salvador, e no CIA, em instalação, de fábricas de fios de elastano pelo grupo Fillaticce (Itália). Reunirá 19 micro e pequenas empresas que fabricam roupas íntima, de praia, social feminina e uniformes.

#### **5.2.1.2.8 Complexo Moveleiro**

O governo estadual vem atraindo os produtores de móveis, porque a Bahia que dispõe de matéria-prima e tem condições de demonstrar competitividade internacional. Trata-se de implantar uma indústria verticalmente integrada que venha a atender à demanda do Norte e Nordeste, além de se voltar para a exportação. De acordo com estimativas da SICM, este é o complexo que atrairá maior volume de investimentos no período 2003-2007.

#### **5.2.1.2.9 Pólo de Papel e Celulose**

Este é um dos segmentos que mais têm crescido na Bahia, pois dispõe de todas as condições para o cultivo do eucalipto. Desde 1991 instalada na Bahia, a Veracel, uma joint-venture do grupo Aracruz Celulose com o grupo sueco-finlandês Stora-Enso, está em expansão. A entrada em operação está prevista para 2005, com produção estimada de 900 mil toneladas de celulose, gerando 14 mil empregos diretos e indiretos. Além desta empresa, a Bahia conta com a Klabim Bacel, localizada no Copec, que já exporta o produto para a Europa e Ásia, e a Indústria de Papéis da Bahia, localizada em Santo Amaro, na região do Recôncavo, entre outras.

#### **5.2.1.2.10 Mineração**

Segundo Nascimento (2002), a Bahia ocupa o quinto lugar em relação aos demais Estados brasileiros em atividades de mineração. Com o objetivo de fomentar o setor, o governo vem apoiando o Programa de Implantação de Unidades Produtivas de Artesanato Mineral e Paralelepípedos.

#### **5.2.1.2.11 Pólo Sisaleiro**

Considerado o maior produtor de sisal do mundo, o Brasil supre 40% do mercado consumidor. O governo da Bahia pretende ampliar a atividade no Estado, com agregação de valor à fibra para obter maior inserção no mercado internacional. A Companhia Industrial Têxtil do Brasil S/A, uma das unidades da Cordebrás em Portugal, já está instalada na Bahia e pretende exportar toda a sua produção. Está confirmada a instalação da Cotesi, empresa portuguesa, em Conceição do Coité, no nordeste baiano cuja produção será exportada. Outras empresas serão instaladas.



### 5.2.1.2.12 Agronegócio

Abrangendo os Estados da Bahia e Pernambuco, a atividade agroindustrial, iniciada na década de 1980, conta com mais de 100 mil hectares de terras irrigadas tendo como principal objetivo a produção de sucos de frutas. A região do São Francisco, uma das maiores produtoras de frutas e oleícolas, tem atraído agro-indústrias que se propõem a produzir sucos, compotas, doces e vinhos finos. O oeste baiano, grande produtor de soja, é capaz de integrar a cadeia protéica e um dos pólos agroindustriais do Estado, visto que utiliza tecnologia de ponta. Paralelamente, verifica-se o incremento de atividades como esmagamento de soja, avicultura, suinocultura, pecuária leiteira, processamento de frutas e beneficiamento de algodão, além de outras específicas para apoiá-las, como as da Asperbrás Bahia e da Azud Brasil, empresas produtoras de equipamentos de irrigação (PROMO, 2003).

### 5.2.1.2.13 Complexos Turísticos

A partir de 1990, o turismo mostrou-se, conforme Alves (2000), como um dos principais eixos de desenvolvimento do Nordeste, principalmente no Litoral e no sul da Bahia (Salvador, Ilhéus e Porto Seguro). Na RMS, tanto a recuperação do centro antigo da capital e a preocupação com a preservação do patrimônio histórico e cultural quanto os investimentos em *resorts*, estimularam ainda mais a atividade no Estado. Hoje o turismo é um dos principais pólos de atração de investimentos na Bahia, que oferece 14 roteiros já consolidados: Salvador, Praia do Forte, Itaparica, Morro de São Paulo, Ilhéus, Comandatuba, Porto Seguro, Arraial d’Ajuda, Trancoso, Prado, Alcobaça, Caravelas, Abrolhos e Lençóis, cujas instalações hoteleiras são de padrão internacional. Entretanto, os maiores hotéis ou são de capital estrangeiro, como o Pestana Bahia (Carlton) Hotel, ou têm sede em outros estados, conforme o quadro seguinte.

Localização	Identificação	Sede
Ilhéus	Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba	SP
Mata de São João	Sauípe Hotel e Resorts	RJ
Mata de São João	Sofitel Conventions	RJ
Mata de São João	Sofitel Suítes	RJ
Mata de São João	Super Clubs Breezs Costa do Sauípe	RJ
Salvador	Bahia Othon Palace	RJ
Salvador	Catussaba Hotel	BA
Salvador	Blue Tree Caesar Tower Salvador	SP
Salvador	Pestana Bahia (Carlton) Hotel	Portugal
Salvador	Fiesta Bahia Hotel	BA

**Quadro 9** – Bahia – rede hoteleira – 2003

Fonte: Elaboração própria.

Segundo dados da Bahiatursa (Empresa de Turismo da Bahia S/A), órgão da Secretaria Estadual da Cultura e Turismo, Salvador é, depois do Rio de Janeiro, o maior centro turístico de lazer do país; seu período de alta estação é o das festas populares, que vão de dezembro a fevereiro e culminam no carnaval, cuja grande animação tem atraído, em média, nos últimos 12 anos, cerca de 500 mil turistas.

Vários são os pólos turísticos que vêm sendo implantados nos últimos anos, com expectativa de expansão, em virtude dos diversos atrativos que o Estado dispõe.

Com a criação destes pólos o governo estadual pretende incentivar a fabricação de produtos acabados de diversos segmentos, como os aqui referidos, e não apenas produtos intermediários.

Além disso, é de interesse vital para os pólos incrementar as parcerias, com o objetivo de garantir sua sobrevivência e competitividade.

Um fato, porém, é preocupante: grandes empresas (transnacionais em outros Estados) são atraídas com incentivos de toda ordem para se instalar na Bahia, as pequenas e micro empresas locais não conseguem sobreviver por causa das exigências e da carga tributária que lhes são impostas. Fato que não é senão o jogo de dois pesos e duas medidas da economia globalizada, num país periférico e de acentuadas disparidades regionais.

Não obstante esse desequilíbrio, os investimentos industriais previstos para o período 2003-2007, em todo o Estado, são de 19,7 bilhões de reais, distribuídos em diversos segmentos, sendo o de maior destaque o do complexo moveleiro, seguido do químico/petroquímico e do mineral e beneficiamento, conforme a tabela seguinte.

**Tabela 17** – Bahia – investimentos empresariais previstos até 2007

<b>Complexo</b>	<b>Volume (R\$ 1.000,00)</b>	<b>Nº de projetos</b>
Agroalimentar	845.175	52
Atividade Mineral e Beneficiamento	3.348.859	27
Calçados/Têxtil/Confecções	904.934	35
Complexo Madeireiro	7.997.260	14
Eletroeletrônico	567.946	56
Metal-mecânico	1.063.776	57
Químico-Petroquímico	3.400.018	50
Transformação Petroquímica	915.417	50
Outros	726.065	8
<b>Total</b>	<b>19.769.450</b>	<b>349</b>

Fonte: BAHIA. Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia, 2003e.

Cabe, por fim, considerar a implicação tecnológica desta política industrial em sua perspectiva de desenvolvimento local auto-sustentável.

A despeito do número significativo de instituições teoricamente envolvidas com a política e os programas de fomento à pesquisa e ao desenvolvimento no Estado, constituídas ao longo dos últimos vinte anos, existe, na prática, um grande distanciamento entre a produção científica e tecnológica local e as demandas do setor produtivo, o que tem inibido, por um lado, a função social da pesquisa e, por outro, a geração de inovações tecnológicas para as empresas. A inexistência de políticas permanentes e concatenadas de C&T, com metas dimensionadas para todos os setores; o pouco dinamismo na articulação e utilização de pesquisa cooperativa entre centros de pesquisa, universidades e empresa; além do reduzido volume de investimentos em C&T nas áreas pública e privada, eis os fatores que explicam a ineficácia do sistema estadual de inovação.

Em termos ainda mais específicos, o predomínio do capital mercantil no Estado gerou uma cultura voltada para a aquisição de tecnologia pronta (pacotes fechados).

A indústria petroquímica, a mais importante da economia baiana, não criou um núcleo de desenvolvimento endógeno de tecnologia, porque suas empresas não possuem o porte adequado para efetuar os investimentos necessários em P&D para lhes assegurar os níveis internacionais de competitividade requeridos e/ou são subsidiárias de grandes grupos empresariais com sedes no Sudeste ou no exterior, onde concentram os seus investimentos em pesquisa.